



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ACTA N.º 5/2011

-----**SESSÃO EXTRAORDINARIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE DEZANOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E ONZE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**-----

-----**PRESIDENTE – ADÃO JOSÉ FONSECA SILVA**-----

-----**1º SECRETÁRIO – ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO**-----

-----**2º SECRETÁRIO – CÂNDIDA DA ENCARNAÇÃO BAIXINHO**-----

-----Eram quinze horas, quando o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento do pedido de substituição dos seguintes Deputados Municipais: António Afonso Salgado Ruano, Manuel Luís Gomes Vaz, Maria Helena Rodrigues Magalhães, Alberto Manuel Pinela Salgado, Carlos Alberto Souto Pedro, que foram substituídos, respectivamente, pelos senhores, Telma de Fátima Atalão Roma, António Joaquim de Araújo Oliveira, José Manuel Carvalho Neto, Carlos Alberto Souto Pedro, tendo este sido substituído pelo senhor Leonel Augusto Morais Pires.-----

-----Verificada a lista das presenças, dela constavam 73 Deputados Municipais e faltavam 4, sendo os ausentes: Manuel Albino de Jesus Rodrigues, Sérgio Avelino Lino, Paula Cristina Mónica Moreira e José Manuel Carvalho Neto.-----

-----**PONTO ÚNICO: DEBATE SOBRE A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL**-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou todos os presentes informando que esta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal tinha como propósito o debate em torno do chamado “Documento Verde da Reforma da Administração Local “.-----

-----Esta sessão vai ser organizada da seguinte maneira: vai dar a palavra aos convidados que, por entendimento da Comissão Permanente, são dois Professores Universitários que conhecem, estudam e se interessam por estas matérias, sem marca político-partidária, de forma a libertarem-se um pouco da ditadura do discurso pré-elaborado. São eles, o Prof. Francisco Sousa Diniz da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e o Professor António Pais Antunes, da Universidade de Coimbra.-----

-----Serão então os Srs. Professores os primeiros a usar da palavra seguidos dos representantes de cada Grupo Parlamentar, com assento nesta Assembleia Municipal, e mais os dois Presidentes de Junta (um PSD e um PS). Finalmente abrirá as inscrições para toda a gente presente nesta Assembleia.-----

-----Passou de imediato a descrever as Notas Biográficas dos convidados para esta Assembleia Municipal.-----

-----**Francisco José Lopes Sousa Diniz** – É professor Associado com Agregação no Departamento de Economia, Sociologia e Gestão (DESG) na Universidade de Trás-os-Montes

e Alto Douro (UTAD e investigador Principal do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD). Publicou 27 artigos em revistas especializadas nacionais e estrangeiras e 30 trabalhos em actas de eventos, 10 capítulos de livros e 4 livros. Possui 94 itens de produção técnica e participou em 46 eventos no estrangeiro e 43 em Portugal.-----

-----Actua na área de Economia e Gestão – Crescimento e Desenvolvimento Económico e Economias Regional e Urbana. Nas suas actividades profissionais interagiu com 67 colaboradores em co-autorias de trabalhos científicos. Coordenou em projecto de investigação financiado pela Comissão Europeia com o tema “O papel das pequenas e médias cidades no desenvolvimento rural” desenvolvido em Portugal, Reino Unido, França, Países Baixos e Polónia. Em 2010 a convite do Governo da União Indiana foi investigador visitante do National Institute of Science Technology and Development Studies – NISTADS de Nova Deli. Em 2010 e 2011 esteve no Brasil, na Baía, Minas Gerais e Belém do Pará a convite de várias Universidades para Conferências e orientação de teses de Mestrado e Doutoramento.-----

-----**António Pais Antunes** – É licenciado em Engenharia Civil pela Universidade de Coimbra (UC), Doutor em Ciências Aplicadas (ramo de Ordenamento do Território) pela Universidade de Lovaina (Bélgica) e agregado em Engenharia Civil pela Universidade de Coimbra. É actualmente Professor Associado no Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra, onde coordena a área de Urbanismo e Transportes, Director do Centro de Investigação em Engenharia Civil da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e membro da Equipa de Coordenação do Programa MIT Portugal. As suas principais áreas de investigação são o planeamento de equipamentos colectivos e o planeamento de transportes. É autor ou coautor de cerca de 200 publicações científicas e técnicas, incluindo 35 artigos em revistas internacionais.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, passou de imediato a palavra ao Prof. Sousa Diniz, que agradeceu o convite para estar nesta Assembleia Municipal, pois é para si um desafio abordar este tema que normalmente é “quente”, mas promete tentar “esfriá-lo” um pouco, tentando inflectir o que vai dizer para um retrato territorial de Portugal em 2009, e saberem se efectivamente querem empreender uma Reforma Administrativa, saberem o que é que vão reformar e qual é a situação actual. Não vai fazer mais do que uma leitura de um documento que está disponível e que se chama “Retrato Territorial de Portugal/2009”, que é um documento do Instituto Nacional de Estatística (INE). Como estão inseridos numa União Europeia, é bom saberem para onde quer ir a União Europeia. A União Europeia tem também um documento publicado sobre a Europa 20, isto é, uma estratégia para a Europa em 2020, , onde estão identificadas 3 prioridades: - **crescimento inteligente** – desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação; **crescimento sustentável** – promover uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais ecológica e mais competitiva e um **crescimento inclusivo** – favorecer uma economia com níveis elevados de emprego, que assegura a coesão económica, social e territorial da União Europeia. Logo se estão a tentar reformar administrativamente, cabemos neste último aspecto de um crescimento inclusivo, não podendo obviamente descurar os outros dois. Este mesmo documento tem determinadas



metas sendo a primeira aumentar a taxa de emprego da população com idades entre os 20 e os 64 anos, que actualmente está em 69% e querer atingir 75% de empregos. Atingir a meta de investir 3% do produto interno bruto em investigação e desenvolvimento, pois se querem uma economia de conhecimento, têm de investir em inovação e sobretudo têm de chamar o sector privado a participar neste mesmo investimento. Reduzir as emissões de gases com efeito estufa pelo menos 20% relativamente a 1990, ou 30% se as condições assim o permitirem. Aumentar para 20% a parte das energias renováveis no nosso consumo final de energia e também ao mesmo tempo aumentar a eficiência energética, por isso estão aqui no domínio da energia e da sustentabilidade. Têm depois de reduzir a percentagem de jovens que abandonam prematuramente a escola para 10%; pois a média da União Europeia é de 15% e em Portugal é de 30%. Por outro lado ter pessoas entre os 30 e os 34 anos com o nível de Licenciatura e Ensino Universitário, é o que a Europa quer e é onde nós nos queremos situar. Reduzir em 25% o número de europeus que vivem abaixo do limiar da pobreza, o que permitirá tirar desta situação de pobreza 20 milhões de pessoas. Tudo isto num contexto actual são dados importantes a considerar, até porque o que ouvem na Comunicação Social é que o número de pobres está a aumentar em Portugal. É isto o que a União Europeia pretende como estratégia de desenvolvimento neste documento e é para isto que nós também temos de contribuir, porque se nós não conseguirmos atingir estes objectivos, a União Europeia como um todo, também não os vai atingir, porque nós somos parte dele. É bom termos este cenário, para quando pensarmos fazer alguma reforma interna, a façamos de forma a podermos atingir estes mesmos objectivos.-----

-----Sobre o retrato territorial de Portugal em 2009, disse que o relatório aponta para três domínios: qualificação territorial, qualidade de vida e coesão; e crescimento e competitividade.-

-----Relativamente ao relatório do retrato territorial passou a descrever pormenorizadamente cada um deles.-----

-----Resumindo, referiu que não tarda vamos ter um País dicotómico, ou seja a duas velocidades. Uma de grande concentração populacional, sobretudo de população jovem no Litoral, a outra um País envelhecido e despovoado na região do Interior. Quando fizerem a reforma do sistema administrativo têm de pensar nisto, evitando a saída pessoas do interior para o litoral, estancar essa drenagem ou inverter essa mesma drenagem. Quando falam de produção, aqui as coisas corroboram com o que já disse anteriormente: a população vai para o litoral, porque a produção é lá que acontece e não no interior. No interior com o abandono da agricultura, que era o grande empregador de pessoas, não há outra actividade de substituição a não ser os serviços, que estão em período recessivo e a pouco e pouco estão a fechar. Até à entrada na União Europeia fomos um País de produtos agrícolas e exportávamos essencialmente vinho e cortiça, tendo a partir de 1960, passado também a exportar têxteis e calçado. Chama à atenção para o facto de a exportação dos têxteis e calçado ter sido à custa de matérias-primas que Portugal não tinha e quando perdemos a fonte dessas matérias-primas sofremos as consequências. Mas o que é certo é que Portugal abriu a economia ao exterior em 1960 e não foi por acaso que 14 anos depois, a ditadura portuguesa acabou. Quando entramos

para a União Europeia subiu a fasquia do processo de industrialização e a grande clivagem deu-se com a instalação em Portugal da Fábrica de Automóveis Ford Wolkswagem, que de repente passou a ter um terço da exportação. É importante mas também é perigoso, porque se houver problemas na exportação, vamos perder um grande mercado e uma grande fonte das divisas.-----

-----Quanto à exportação, chamou à atenção que quando se exporta por exemplo, para Espanha não estão a exportar mas sim a fazer comércio interno, porque somos uma União Europeia e reformulando esta ideia, temos mais de 80% das nossas exportações para Países Comunitários.-----

-----Para terminar deixou a seguinte mensagem: “ Nós podemos produzir muito e podemos criar muito, mas o grande desafio do desenvolvimento é reter o valor acrescentado no sítio onde se produz. A criação do valor acrescentado é importante, mas para as populações locais e para o desenvolvimento local só é importante, aquilo que fica ou que é capaz de ficar nas regiões. Vê-se que 30 Municípios é que apresentam o índice de poder de compra concelhio acima da média, que são Lisboa e Porto e ainda algumas capitais de Distrito. O único concelho das duas NUT'S de Trás-os-Montes e Alto Douro que está acima da média nacional é o concelho de Vila Real. O de Bragança está perto da média nacional, mas não chega.-----

-----Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao convidado, **Prof. António Pais Antunes**.-----

-----**Prof. António Pais Antunes** – Agradeceu o convite que lhe foi endereçado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, Dr. Adão Silva, para estar presente e participar neste debate sobre a Reforma do Poder Local, que é um assunto muito importante. O que vai aqui tentar transmitir é a sua reacção enquanto académico ao documento que leu. É um documento certamente importante, no entanto o seu entusiasmo relativamente a esta matéria é bastante mitigado pela experiência anterior, porque já não é a primeira vez em Portugal que houve interesse por reformas territoriais e de administração territorial, na verdade nunca deram em nada. No início dos anos 80, no tempo do primeiro Governo da AD do Prof. Mota Pinto, em que era Ministro do Planeamento e Administração do Território, o Prof. Valente Oliveira houve um grande processo a propósito da Regionalização do Continente, onde muitos participaram com grande entusiasmo e depois o processo abortou não dando em nada. Mais tarde nos finais dos anos 90 há um novo processo de Regionalização que acabou por ser votado em Referendo, que também não acabou nada bem para os que apoiavam, já que foi uma forte derrota. No início dos anos 2000 no Governo do Dr. Durrão Barroso houve uma nova tentativa de Reforma, que talvez tenha deixado alguns traços com a criação das Grandes Áreas Metropolitanas e das Comunidades Urbanas, mas que entretanto também desapareceu.-----

-----É por estas razões por não terem sido bem sucedidos os esforços anteriores, que desta vez não esteja muito convencido que cheguem a algum lado.-----

-----Também é natural que estejam preocupados com este assunto, pois estas questões de administração e reorganização do território já vêm de longe e este assunto também é



importante noutros países e têm de ter capacidade para lhes responder. Importa referir que a questão da participação, da democracia e do interesse dos cidadãos é um assunto importante nos países do centro da Europa e é um assunto ao qual não podem deixar de dar muita atenção.-----

-----Quanto ao documento disse que esperava mais, pois acha que Portugal, os Portugueses e os Técnicos Portugueses, hoje em dia já deviam ter capacidade para fazer algo melhor. Esperava que este documento fosse mais claro e acha estranho começarem pelos objectivos, antes de definir com clareza qual a situação que temos e quais são os problemas que esta situação lhes coloca. Esperava também saber quem são os autores do documento, pois sabem apenas que vem do Gabinete do Sr. Ministro. Gostava de saber quem o fez em concreto, se foi o próprio Ministro, os seus assessores, se as pessoas são qualificadas para tratar deste assunto, se conhecem as experiências estrangeiras e se são capazes de reflectir nas propostas que fazem.-----

-----Revela-se uma espécie de amadorismo que não devia ser mostrado neste documento.--

-----Já fizeram bons livros brancos mas, neste momento nem os brancos, verdes ou coloridos lhe parece que sejam grande coisa. Não significa que em muitos aspectos não concorde com o que lá está escrito e que não vá ao encontro daquilo que são as suas próprias ideias, sobre o que seria uma evolução favorável da administração do território. Gostaria que as decisões que fossem tomadas no País, fossem assentes não nestas convicções que vão formando do que vão ouvindo, mas em bases bastante mais sólidas do que aquelas que estão aparentemente por detrás deste documento. Um dos aspectos que acha positivo neste documento é que lhe parece um documento relativamente pouco ambicioso e isso na sua opinião é bom porque tem medo das grandes reformas e de uma ambição desmedida, que é o que tem acontecido em Portugal, sobretudo no que diz respeito à maneira como queremos viver. A ideia do abandono da Regionalização, que apesar de se manter na Constituição, parece-lhe uma ideia positiva pelo menos no que toca à regionalização das grandes regiões. Por outro lado, esta direcção que estão a percorrer no sentido de irem para uma regionalização de pequenas regiões, que são as NUTS 3, parece-lhe bastante positiva, porque um país deve organizar o seu território em função da escala dos problemas que tem para resolver. O que lhe parece é que há um conjunto de problemas que anteriormente se punham à escala municipal e que hoje em dia passaram a pôr-se a nível supra-municipal, como é o caso das águas, resíduos sólidos e transportes.-----

-----Há então uma nova escala de problemas que é bem captada pelas comunidades inter-municipais que aqui são propostas, havendo um passo importante e uma óptima base de partida. Outro aspecto que faz sentido é esta actuação ao nível das freguesias, mas tem um pouco de dúvida que a actuação ao nível das freguesias rurais seja realmente muito útil. Nalguns casos até poderá ser, mas há aqui um problema de democracia da participação que poderá vir a ser posta em causa. Há uma associação entre a população e a sua freguesia muito forte nos meios rurais e pensa que essa associação na maior parte dos casos não existe em muitas áreas urbanas. Nesses casos não há dúvida que há freguesias que não fazem

sentido, porque não conseguem dar respostas aos problemas que surgem. Não tem dúvidas que ao nível urbano haveria grandes vantagens até por uma questão de proximidade, entre a população e alguém que possa fazer a intermediação dos seus problemas junto do Município. -
-----Também concorda que embora o diagnóstico falte e possa ser considerado um pouco precipitado estar a apontar critérios tão concretos para a redefinição das freguesias apesar, de tudo é positivo, porque assim somos capazes de discutir as propostas do documento verde (questão dos raios, (6Km) e das dimensões demográficas). Já percebi que no caso de Macedo de Cavaleiros se fossem aplicados os critérios, daria uma redução de um terço das Freguesias do Concelho. No documento que lhes é proposto, encontra dois ou três aspectos que acha problemáticos. O primeiro é o facto de dar poucas indicações de quais serão as implicações financeiras para as finanças públicas destas medidas, o segundo parece-lhe que os prazos para uma reforma desta natureza são muito curtos, pois partiram para isto sem terem estudado a situação e sem perceberem bem quais são as alternativas. Estas eram as principais ideias que tencionava transmitir-lhes e espera que seja desta vez que consigam reformar a Administração do Território, pois há indícios que vão em boa direcção e estão a fazer aquilo que é preciso. Para já parece-lhe que os Municípios vão passar intactos nesta Reforma e vão esperar que esta tão importante reforma seja feita.-----

-----Seguidamente o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra aos porta vozes dos partidos políticos, com assento nesta Assembleia Municipal.-----

-----**Assim, usaram da palavra:**-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Fez a seguinte intervenção: “A posição da CDU quanto à matéria agendada para esta Assembleia Extraordinária, é a seguinte: Este será um programa de agressão ao poder local ou seja, e mais concretamente, às populações e às suas condições de vida. Vai verificar-se uma crescente limitação ao poder de tutela e condução que é devido às Câmaras e Assembleias Municipais. Encaramos também como uma fantasia a eliminação de cargos dirigentes, pois não significa a saída da administração pública, mas sim o seu regresso aos lugares de técnicos superiores que quase todos ocupam na estrutura municipal. Há que ser realista e com toda a verdade tentar combater as manobras que se preparam para dividir o poder local, como sejam: - A ideia de que não haverá redução de Municípios, mas só de Freguesias, é pura manobra de diversão; - A ideia de que eliminam Juntas de Freguesia, mas que se mantêm as Freguesias, como se a questão fosse a existência de espaços territoriais e não a existência de espaços de representação política e participação democrática que lhe corresponde. Não podemos esquecer que os Presidentes das Juntas são, na maioria das vezes, encarados como “anjo protector” que orienta, ensina, lê, redige, está lá presente, para dar resposta aos problemas daqueles, cuja idade, isolamento e distância, não permite satisfazer os seus anseios; - A ideia de que as Freguesias rurais do interior não fazem sentido, nem se justificam, a concretizar-se só demonstrará o conformismo que deverá ser esclarecido e combatido. Mas o verdadeiro objectivo que está a tentar camuflar-se, é o fim da eleição democrática das Câmaras Municipais e a analogia com o antigamente, quando o Governador Civil (que agora irá ter



qualquer outro nome), em nome do Governo Ditatorial nomeava o Presidente da Câmara e o Regedor. Por último não podemos deixar passar em branco a perspectiva da retirada dos meios financeiros às autarquias, obrigando-as a criar impostos próprios, em cima dos muitos impostos que os cidadãos já hoje pagam. Pelo exposto, não seremos nós os responsáveis pela subversão do poder local democrático.”-----

-----**ROGÉRIO PAULO ESTEVES MARTINS (B.E.)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ O Documento Verde como todos sabemos não é Lei, é apenas uma proposta de debate e como tal no Bloco de Esquerda entendemos que isto ainda possa vir a ser bem feito, porque a verdade é que este documento não é mais do que uma cortina de fumo que nos põe aqui a falar da redução de Freguesias e esquece aquilo que de facto é importante, que é a redução do direito democrático das populações. Tudo bem que fará um certo sentido reduzir o número de Freguesias, pois temos de admitir que não só no Litoral mas também no Interior, há Freguesias que não fazem sentido existir. Há aqui também um grande pormenor que se impõe que é a verdadeira reforma no processo eleitoral, com a extinção das Listas à Assembleia Municipal ou seja, passamos a ter uma só Lista que se candidata à Câmara e à Assembleia, sendo este modelo muito idêntico do Parlamentar. Contudo, isto não implica um reforço do direito democrático das populações nem dos poderes dos Deputados, esperando que as alterações propostas no Documento venham a ser reformuladas, porque tiram todo o direito democrático da população e centralizam ainda mais o poder no Presidente da Câmara e continuamos a assistir a um caciquismo total, disfarçado mais uma vez de uma reforma inteligente e necessária em Portugal. Sabendo que o valor do Orçamento de Estado para as Freguesias é de 0,13%, esta medida não pode ser considerada economicista, porque isto não nos vai ajudar a sair da crise. Para bem ser, o que havia de estar aqui em discussão era o reforço de poderes para os Presidentes das Juntas de Freguesia e poderem participar mais directamente junto das populações e não serem aquilo que são hoje, que participam na Assembleia Municipal para conseguirem que a Câmara lhes dê o dinheiro que lhes é devido. Isto é absurdo, porque se o dinheiro é orçamentado para ser atribuído às Freguesias não devia ser transferido para as Câmaras, para depois os Presidentes de Junta terem de ir pedinchar. Há neste documento pontos importantes que seriam fulcrais para debate e que estão a ser um pouco omitidos pela cortina de fumo, nisto da redução das Freguesias, havendo um certo alarmismo que tira a atenção do foco central do que são estas reformas.”-----

-----**ANTÓNIO MÁRIO PEGADO LEMOS DE MENDONÇA (CDS-PP)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “Em primeiro lugar quero aplaudir a organização deste debate que é importante e que espero que o futuro da Reforma Administrativa passe pela discussão pública e com as alterações que essa discussão vier legitimamente a impor às tomadas de posição. O CDS concorda amplamente com as ideias fulcrais deste Documento Verde, sendo que a Reorganização Administrativa é importante e fundamental. É certo é que a redução das Freguesias, implicará aumento das capacidades das mesmas e dos meios que lhe irão ser facultados. Não faz sentido reduzir Freguesias, se depois não lhe forem reforçados os meios e as suas competências. A posição do CDS é clara apoiando integralmente os objectivos centrais

desta Reforma. No entanto há que ter em conta duas ou três realidades. Estão preocupados com a diminuição do número de Freguesias do Concelho mas não estão a ver um problema que se calhar daqui a dez anos podem não existir algumas aldeias, devido à redução da população. Espera portanto que se não for possível a nível nacional, pelo menos a nível regional, possam olhar para este problema e que a Reforma Administrativa consiga minimamente atalhar um pouco esta questão da desertificação. Todos sabemos que há aldeias, que no Distrito de Bragança em que a média de idades de 80% da população tem acima de 75 anos e por muito que nos custe, daqui a dez anos a população dessas freguesias será de 10 % ou 15%. Os objectivos da Reforma Administrativa a nível nacional serão completamente diferentes do que é a Reforma Administrativa do Concelho de Macedo de Cavaleiros ou no Distrito de Bragança. Apelou ainda para que em termos de Concelho e Região pudessem antecipar um pouco os problemas que irão ser debatidos, pois é obvio que os concelhos irão ser mexidos de modo a que e possam em termos de região programar essa reforma, no sentido de poderem recuperar um pouco da população e da economia que já tiveram e que perderam em função da diminuição da exploração agrícola, que foi uma tragédia para o Distrito e para a Região do Interior. É fundamental a Reforma Administrativa, pois foi em resultado da que foi feita em 1853 que apareceu o concelho de Macedo de Cavaleiros. É importante que essa reforma tenha em atenção a necessidade de criar condições, para que as pessoas que ainda existem se mantenham e consigam ter uma organização, que fomente algum aumento da população não só dos concelhos, mas também das aldeias de todo o Interior.”-----

-----**LUÍS ADELINO BATISTA** – Fez a seguinte intervenção: “Gostaria em primeiro lugar, em nome do Partido Socialista de Macedo de Cavaleiros de me congratular com a discussão de um tema tão importante e pertinente como é este, A Reforma da Administração Local. Congratular-se também pela mobilização de todos quantos aqui quiseram estar presentes, e uma palavra de particular apreço pela presença dos nossos convidados, que nos brindaram com tão eloquentes intervenções. Portugal é um País com grande tradição no municipalismo e tem no poder autárquico uma referência por todos conhecida. A organização Administrativa do nosso território é secular e tem no Liberalismo legislativo de Mouzinho da Silveira a sua mais notória referência datada a 1832, pese embora o facto de só em 1916 a menor divisão administrativa do território se passar a chamar Freguesia. Atentos a isto, podemos então afirmar que estamos perante uma organização do território que tem resistido à evolução dos tempos, nomeadamente da sociedade e da tecnologia nas quais se operam grandes alterações e evoluções ao longo de todo o século XX e neste início do século XXI. Mas se a sociedade e a tecnologia evoluem e em particular se a primeira se transforma, é natural que as estruturas administrativas dos territórios tenham também de evoluir e possivelmente tenham de se adaptar. Não precisamos de recuar muito no tempo para nos lembrarmos da quantidade de gente que habitava as aldeias do nosso concelho, o fervilhar de vida que aí podia ser observado. Não precisamos de recuar muito no tempo para nos lembrarmos da rede viária que existia por todo o concelho, sendo certo que a população de algumas das aldeias passavam



meses senão anos sem virem à sede de concelho. Não precisamos de recuar muito no tempo para recordarmos o que era ver as nossas crianças (aquelas que o podiam fazer) a estudar em casa à luz da candeia ou para alguns mais felizardos à luz do Petromax. Vivemos hoje uma realidade diferente, as nossas aldeias têm cada vez menos gente, as vias de comunicação no nosso concelho são particularmente boas, as novas tecnologias, nomeadamente da comunicação estão ao dispor de uma parte significativa da população o que, por consequência nos leva a pensar que estarão reunidas condições para podermos rever e adaptar a organização administrativa do nosso território. O Partido Socialista é um partido regionalista, é um partido que defende a descentralização do poder do estado e há muito vem defendendo a reforma administrativa do território. Infelizmente, em momentos decisivos e não muito longínquos outros houve que não nos acompanharam neste espírito reformista, como aconteceu com a Regionalização e com a agora proposta Reforma da Administração Local. Como gentes do interior mais profundo do país, orgulhamo-nos de pertencer a um partido que sempre promoveu a descentralização e a coesão territorial, desde logo: - Dando mais competências às autarquias locais, as quais assumiram novas competências no domínio da Acção Social Escolar, transportes escolares, gestão da floresta entre outros. O próprio processo de aprovação e alteração dos PDM passou a conferir às autarquias maior autonomia e responsabilidade; - Apoios específicos à interioridade. As empresas que se estabelecessem nos concelhos do interior beneficiariam de uma redução adicional (de 10 a 15%) no IRC; - O entendimento de que as auto-estradas que servem o interior, em regiões com rendimento inferior à média nacional, estivessem isentas do pagamento de portagens.-----

-----Esta reforma administrativa é hoje mais fácil de implementar no terreno, depois da governação do Partido Socialista, que imprimiu uma cultura de modernidade e inovação como não há memória, bem como não há memória de algum governo ter ido tão longe na desburocratização e na simplificação administrativa, no recurso às novas tecnologias e na disponibilização de serviços públicos electrónicos, o que facilita também e de sobremaneira a vida às populações em meio rural. Será justo fazer aqui uma referência ao SIMPLEX e lembrar que foi exemplo em todo o mundo. O país não pode manter uma divisão administrativa com mais de 180 anos na qual cabem, Distritos, Municípios e Freguesias com pouca utilidade prática. Mas esta não é a reforma defendida pelo Partido Socialista, uma reforma circunscrita às Freguesias, ao seu elo mais fraco e apresentada numa perspectiva meramente economicista, pondo de parte as especificidades territoriais. Estamos de acordo com a ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, quando esta estrutura associativa nacional rejeita a mera aplicação de métodos quantitativos na definição do novo mapa de freguesias. Estes métodos distorcem a realidade, ao invés de métodos qualitativos que “reflectem relações históricas e culturais, identidades geográficas, razões do património e relações de vizinhança”. E não podemos estar mais de acordo quando esta estrutura representativa das freguesias portuguesas, diz que, “qualquer reforma não pode ser feita contra as freguesias, mas com as freguesias”. A reformada administração local no nosso país, resulta dos acordos estabelecidos no memorando com o Troika assinado pelo governo do Partido Socialista e que contou com o

aval do PSD e CDS/PP. E neste particular, lamentamos o facto de terem que vir entidades estranhas à nossa identidade, dizer aquilo que precisamos de fazer, quando poderíamos ter sido nós a tomar a iniciativa, e para tal, bastava que o PSD no momento próprio, e nesta matéria em concreto tivesse apoiado o Partido Socialista. O que foi assinado, foi a concordância e a necessidade de avançar com a reforma da administração local que o país precisa, pensada, ponderada e coerente, o que não tem nada a ver com o que nos está a ser proposto por este governo, de forma apressada, mal estruturada, com insuficiência de critérios, que configuram consequências e problemas para o futuro. O Partido Socialista pediu ao governo e este não atendeu, que aceitasse adiar o prazo para a conclusão da organização do território de Junho para Dezembro com o objectivo de haver mais tempo para debater a questão de forma mais aprofundada e profícua, no sentido de gerar o máximo de consenso possível. Não concordamos com a metodologia apresentada por este governo, no entanto, entendemos que a reforma deve avançar, ser abrangente, deve envolver todos os autarcas, representantes partidários e cidadãos, em torno de uma necessidade nacional de racionalização de meios, bem como na promoção de uma verdadeira política de descentralização.-----

-----Começar uma reforma administrativa com base neste “Documento” dito “Verde”, e que aqui verde não significará seguramente a esperança, corresponde a avançar para uma reforma manca, cheia de dúvidas, que não favorece em nada a sã e responsável discussão. É notória a falta de critérios fundamentais para a discussão de tão importante questão, e deixem que vos apresente alguns: - Qual vai ser a opção em termos de limites territoriais? Mantêm-se os actuais? Vai proceder-se ao seu alargamento? – Será nesta reforma que os Presidentes de Junta deixam de ter assento na Assembleia Municipal? – Será nesta reforma que os presidentes que estão impossibilitados de se candidatarem pelo facto de estarem com 3 mandatos sucessivos, nesta nova organização territorial e por não ser coincidente se vão poder candidatar-se novamente? – Serão reforçadas as competências delegadas nas freguesias com a conseqüente dotação financeira? – Serão transferidas verbas directamente do Estado para as freguesias de forma a diminuir a dependência financeira e política destas em relação às Câmaras Municipais? Acabará desta forma a pedinçice e a mão estendida dos Presidentes de Junta de Freguesia? – Qual a função que será dada às actuais Sedes de Junta de Freguesia? – Que serviços aí se poderão instalar? Quem pode assegurar e com que meios, o funcionamento desses supostos serviços? Podem as Juntas de Freguesia funcionar como uma espécie de lojas do município? – De que forma, quem e com que competências pode uma aldeia que pertencia a uma dada freguesia ver representada a sua população na sua nova freguesia? – Depois da agregação de freguesias qual delas assume o estatuto de Sede de freguesia? – As Assembleias de Freguesia vão ver os seus poderes de fiscalização reforçados nomeadamente nos instrumentos de planeamento, adjudicação, alterações orçamentais, entre outros?-----

-----Minhas senhoras e meus senhores, são de facto muitas as dúvidas! São de facto muitos os critérios em falta para se poder levar por diante uma tão árdua e importante tarefa.



Apesar de tudo, apesar de esta não ser a reforma defendida pelo Partido Socialista, numa atitude que nos diferencia, numa postura de defesa do interesse público em que as questões partidárias não podem em momento algum sobrepor-se ao superior interesse público, o Partido Socialista de Macedo de Cavaleiros está disponível para dar o seu contributo na discussão da reforma administrativa do nosso concelho. E estar disponível para discutir esta questão, significa que aceita sentar-se à mesa como elemento de um grupo de trabalho a designar para o efeito, na qual estejam representantes: da Câmara Municipal, da Assembleia Municipal, das Juntas de Freguesia, dos Partidos Políticos, bem como de entidades representativas de sectores da sociedade que pela sua função possam dar um contributo para esta discussão. Não queremos acreditar que esta reforma já esteja previamente elaborada num qualquer gabinete do Terreiro do Paço, e que aquilo que se está a pedir aos cidadãos, mais não seja senão a forma de os manter entretidos e alheios a outras reformas atentatórias dos seus direitos, que este governo de maioria tem vindo a implementar. Minhas senhoras e meus senhores, para terminar dizer-vos, em nome da bancada que represento e em nome do Partido Socialista de Macedo de Cavaleiros, que, se esta matéria for abordada com a honestidade cívica e política que se exige, com elevação, seriedade e responsabilidade, podem contar connosco, daremos o nosso contributo.”-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “
Congratulo-me com o facto de a Assembleia Municipal organizar este debate e suscitar esta discussão, marcando assim formalmente o início de um processo que vai decorrer ao longo das próximas semanas e dos próximos meses. O momento de profunda crise que Portugal atravessa, acelerou e suscitou a oportunidade de avaliar e de rever a organização do Estado e do poder local no sentido de o agilizar, eliminando serviços e estruturas inúteis e reestruturando outros que estão desajustados da realidade dos novos tempos e da sociedade de informação. A última reforma ocorreu há cerca de 160 anos, no tempo do comboio a vapor e a ausência de reformas intermédias, tornará esta reforma muito mais profunda do que aquilo que seria espectacular. Os Serviços do Estado existem para servir os cidadãos de forma mais eficaz e mais eficiente, com uma gestão racional dos recursos disponíveis, eliminando fontes de desperdício em particular num cenário de escassez de recursos. No caso do Poder Local que foi uma das grandes conquistas da democracia, que tanto tem contribuído ao longo dos últimos 36 anos para o desenvolvimento ocorrido em Portugal, reconheço há muito que ele deve ser aperfeiçoado nos seus três níveis de estrutura; as Freguesias devem ser ajustadas à evolução democrática ocorrida nas últimas décadas, constituindo-se como estruturas unipolares ou multipolares com massa crítica suficiente e constituindo-se simultaneamente como representantes da população local e como autênticas lojas do cidadão. As Assembleias Municipais devem ter a sua constituição revista, devem ter uma constituição mais racional traduzindo uma relação entre o número de eleitores e o número de Deputados Municipais eleitos e desligando a sua composição do número de Freguesias existentes, como até aqui tem ocorrido. As Assembleias Municipais devem ter uma periodicidade de reunião maior, preferencialmente mensal e ter um efectivo poder fiscalizador da actividade da Câmara

Municipal. Os Executivos Municipais devem emanar das Assembleias Municipais tal como o previsto e onde devem ter uma maioria de suporte. Este documento, naturalmente não se centra apenas e só na discussão da reorganização das Freguesias, pretende promover uma reestruturação de todo o poder local. E o Poder Local também passa pelo reforço do poder de participação dos cidadãos, que não se pode limitar ao voto de quatro em quatro anos na escolha das equipas autárquicas. Já alguns ensaios têm sido feitos nesse sentido nomeadamente com Câmaras, que promovem orçamentos participativos e auscultam as populações, mas importa aprofundar esta participação democrática dos munícipes nas decisões das Autarquias. No que respeita particularmente à reforma da reorganização administrativa do território, as actuais freguesias do interior têm um poder reivindicativo reduzido e assimétrico face aos Executivos Municipais, fruto de grandes discrepâncias demográficas entre si. Será necessário criar agrupamentos de freguesias com uma estrutura e representatividade mais homogénea, capazes de realizar melhor a sua função e de se constituírem como verdadeiros parceiros das Câmaras Municipais e não de verem os Presidentes de mão estendida para que a Câmara faça aquela “obrinha”. No seu capítulo II, o Documento prevê que o surgimento das novas freguesias deve consagrar uma agregação de territórios, com respeito pela entidade histórica e cultural das freguesias. Prevê ainda, que a continuidade territorial deva ser seguida, promovendo sempre a necessária discussão municipal e intermunicipal. É importante também redefinir quais são as novas competências dos Municípios, das Freguesias e das Comunidades Intermunicipais, face às novas realidades e aquilo que devem ser as transferências de competências por parte do Estado. Por outro lado, o Prof. Francisco Dinis alertou-nos aqui para os objectivos do Europa XX/XX e, em particular, o Poder Local tem uma grande responsabilidade na promoção do desenvolvimento local e sustentável e penso que as novas estruturas do poder autárquico que emergirem desta reforma, devem ter mais massa crítica e mais poder decisório nesse domínio.”-----

-----**CAMILO ANTÓNIO MORAIS – (Presidente da Junta de Freguesia de Lamalonga):**---

-----Enquanto Presidente de Junta quero dizer que venho aqui falar pensando mais nos problemas que existem nas freguesias, do que vinculado a um Partido Político. Sou militante do Partido Socialista, revejo-me nas suas posições, concordo com o que aqui foi dito, mas penso que podíamos ter ido mais longe. Lamento que o meu Partido não esteja frontalmente contra este tipo de reforma, pois as reformas sempre foram boas para os países e a última foi uma reforma sábia; Como sabem as populações estavam distantes, por exemplo da sua freguesia (Lamalonga) à sede do Município demoravam três dias, um para vir, outro para tratar dos assuntos e outro para regressar. Foi sábia, porque dotou as Freguesias de muitas competências que permitiam resolver os problemas dos seus habitantes com muita mais facilidade. Em Lamalonga havia Registo Civil, Notário um Regedor e a Junta de Freguesia. Havia muitas outras coisas que dotaram os Presidentes de algum poder para resolver os assuntos da sua Freguesia. Neste momento isto está ultrapassado, as Freguesias não têm tantos poderes, nem tantas competências e hoje já se anda à velocidade da luz. Quando ouviu falar de uma Reforma Administrativa pensou que iam fazer uma Reforma Administrativa a



sério, mas bastou um “espirro” da Associação de Municípios para o processo se “constipar”. Não pode admitir que desapareçam Freguesias com 600 e 700 habitantes, quando existem no território nacional, Concelhos que se calhar têm menos. Esta Reforma devia conter ajustes mesmo territoriais que pudessem facilitar a vida aos habitantes, e deixarem a ideia de que algumas freguesias têm de desaparecer, nomeadamente na Região Interior do País, mas porquê? Concorde que isso aconteça nas grandes cidades, pois aí as freguesias se calhar não fazem tanta falta, porque têm a Câmara Municipal e uma série de Instituições para lhes resolverem os problemas.-----

-----É difícil aceitar que se discuta uma reforma onde aparecem apenas algumas freguesias que servem de cobaias. Preocupa-se muito com o seu Concelho e possivelmente depois desta reforma, que será um balão de ensaio, poderá vir outra e até era melhor que viesse já porque agora sobreviveriam concerteza. Não se podem esquecer que Macedo tem o concelho de Bragança a 5Km em linha recta no Azibo e o concelho de Mirandela também em linha recta a 5Km em Sezulfe. Não se podem esquecer que em Macedo estão a perder mais população do que noutros concelhos, havendo até alguns que até a estão a ganhar. Isto quer dizer que se um dia houver uma reforma administrativa a sério, Macedo poderá estar em perigo. Por isso apela a todos que tenham uma atitude reactiva em relação a este documento, que não fiquem de braços cruzados, que tomem uma posição até de rejeição porque têm de se fazer ouvir e têm de lutar contra as pessoas que querem impor o que eles não querem. Façam uma reforma mas como deve ser, se houver justiça e equidade cá estarão para a aceitar, mas neste momento isso não está a acontecer.-----

-----Já disse que a outra reforma foi sábia, mas mesmo assim até no concelho de Macedo houve interesses que se sobrepueram ao interesse geral. Há freguesias que distam 1Km umas das outras e se repararem bem, essas Freguesias têm uma casa senhorial. Claro que em todos os actos humanos, cada um chega a brasa à sua sardinha, só que infelizmente alguns têm mais sardinhas e por isso precisam de mais brasas. Se nessa altura já havia alguns interesses que foram postos em prática nesta também haverá concerteza e um deles vem da Associação Nacional de Municípios. Disse ainda que quer deixar a esta Assembleia Municipal e sobretudo a todos os Presidentes de Junta, que tenham uma atitude reactiva em relação a esta questão. Sabem que a despesa das freguesias é residual e o que irão poupar com o desaparecimento de algumas freguesias não é nada. As pessoas já perderam a escola, o posto médico e tudo quanto tinham e neste momento vão perder a freguesia ou seja o elo de ligação que tinham com a Câmara. Pretende saber qual será o impacto social que isto pode ter no Interior, já tão desertificado e qual será o impacto económico que esta reforma pode ter também.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Sr. Prof. Francisco Dinis**, que à pergunta deixada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lamalonga, Camilo Morais respondeu que esta pode ser discutida com aquilo a que apelida de dois ” C “ que serão a competitividade e a coesão. Se pretenderem uma reforma que tenha em mente a competitividade, realmente a poupança da diminuição de freguesias, sabendo que já têm um

peso diminuto em termos de despesa pública, é muito pouca. Pensa que as questões da coesão são muito mais importantes, pese embora, como o próprio nome diz imateriais, mas têm muito a ver com nosso futuro, enquanto povo e identidade. Realmente quando somos habitantes de Lisboa ou do Porto dizemos que somos Lisboaetas ou Portuenses, raramente temos uma ligação à freguesia, mas no interior isso já não é assim, há uma maneira de estar que tem muito mais ligação ao local, sitio e freguesia do que no Litoral ou grandes cidades. Se realmente o pendor é competitivo, então porque não reagrupar Municípios onde daí pode advir economia de escala, como é o caso de Lisboa/Almada, Póvoa/Vila do Conde, Penafiel/Paredes entre outras. Aí sob o ponto de vista da competitividade, há realmente economias de escala e sinergias importantes a ter e há ganhos em termos de despesa e por isso têm de debater estas questões numa perspectiva economicista de competitividade. Então faça-se aquilo que tem de ser feito em relação a essa competitividade ou há uma preocupação de coesão social e aqui terão de agir de acordo com esta. Disse que não está a advogar nem a coesão social nem a competitividade, está simplesmente a levantar a questão de que têm de decidir e têm de ser reactivos, para o bem e para o mal, ou seja têm de reagir a esta situação, para que de uma vez por todas, possam decidir se querem seguir para a competitividade ou para a coesão social.----

-----**Prof. António Pais Antunes** - As freguesias rurais desempenham um papel onde são verdadeiramente insubstituíveis, quer na intermediação entre as preocupações das populações, quer nos Municípios. Acha também que as competências operacionais (chafariz, fontanários e cemitérios) poderiam provavelmente ser tão bem ou melhor desempenhados pelos Municípios, mas a intermediação, a participação pública, as preocupações da população são transmitidas onde devem ser e aqui as freguesias principalmente as rurais, são sem dúvida insubstituíveis. O impacto social da perda de freguesias seria que esta intermediação se faria de uma forma menos eficiente. Quanto ao impacto económico seria interessante saber qual foi nos países que também passaram por processos de diminuição do número de entidades, de administração territorial. Há alguns estudos feitos, mas não são muito conclusivos. Todo este processo que leva a fundir e eliminar Municípios ou Freguesias, tirando as freguesias urbanas, pensa que vai ser doloroso e julga que não vão ganhar nada com isso. Quando se processar a fusão entre Paredes/Penafiel, que o alinhamento entre as duas se faça por baixo e que o conjunto das duas passe a funcionar como a que funciona pior, porque o que se verifica em muitas fusões que foram realizadas normalmente, a Instituição que funciona mal, é a que acaba por se impor. Ao longo destes anos os Municípios ganharam muita força e têm população muito diferente daquela que tinha em 1853. Hoje em dia todos os Municípios têm as suas elites e gente com bons níveis de instrução e seria extremamente doloroso, acabar com Municípios e até com Freguesias. No que respeita às Freguesias rurais o que tem de ser ponderado é a sua extinção natural, pois já todos perceberam que algumas irão extinguir-se naturalmente, por força do envelhecimento da população. Seria legítimo e natural que quando atingissem um número diminuto de eleitores, lhes fosse perguntado a que freguesia queriam pertencer. Na sua opinião extinguir ou fundir Freguesias, vai ser doloroso e não vai ter vantagens notórias.-----



-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**GUMESINDO ANTÓNIO GOMES – Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Monte** – Na sua óptica o Documento Verde tem em vista arrumar com as Juntas de Freguesia. Já teve a oportunidade de se exprimir junto dos representantes da ANAFRE, que a

pretexto de uma crise generalizada e particularmente em Portugal, se deve à corrupção instalada nesta sociedade e ao enriquecimento ilícito. Este Documento esquece aquilo que diz a Constituição da República Portuguesa e ignora direitos fundamentais nela consignados.-----

-----Contrariamente à posição de muitas outras pessoas, é a favor das regiões administrativas e era o que já devia ter sido feito. A terem de fazer uma reorganização, deviam pegar no País inteiro e fazer realmente essa reorganização, porque o que estão a fazer é pegar no elo mais fraco, ou seja nas Juntas de Freguesia, e dizerem que vão fazer uma reforma administrativa. No seu entender a prioridade seria a regionalização mas, um grupo de “iluminados” que se passeia no Terreiro do Paço e que só está habituado a andar naqueles corredores, entendeu impor-lhes e avançar com uma reforma, em que dizem que vão poupar muito dinheiro ao erário público. Para poupar dinheiro não precisam de extinguir Juntas de Freguesia, deviam pensar noutras medidas, que financeiramente beneficiariam mais a redução de encargos balofos e inócuos ao País. Podiam e deviam começar por cima e reduzir o número de Deputados na Assembleia da República, pois se nos termos da Lei Eleitoral é previsto um número mínimo de 180 e um máximo de 230 Deputados, porque motivo estão lá os 230 Deputados? Nem sequer era preciso mexer na Constituição.-----

-----Podiam também acabar com centenas de institutos públicos e fundações que não servem para nada e que têm funcionários e administradores em segundo e terceiro emprego. Algumas empresas municipais também podiam acabar, pois muitas vezes os seus administradores acumulam funções noutras Municípios, aumentando o bolo salarial. Podiam também acabar com os financiamentos dos partidos políticos (referente ao último acto eleitoral vão receber 100 milhões de euros), tal como a atribuição de carros, 24 horas por dia, a Presidentes e respectivos Secretários. Acabar com os motoristas particulares durante 20 horas por dia, acabar com a renovação sistemática da frota dos carros do Estado, acabar com milhares de pareceres jurídicos, acabar com várias reformas por pessoa, dentro de pessoal do Estado e Entidades privadas, que passaram fugazmente pelo Estado. Passam lá meia dúzia de meses e ficam com uma reforma vitalícia. Isto é uma vergonha. Acabar com salários milionários nas Empresas Públicas (RTP, TAP). Acabar também com a pantomina das parcerias público privadas, isto mais não é, do que uma forma habilidosa de uns poucos indivíduos fugirem ao controlo, fazendo a obra pelo preço que muitas vezes entendem. Também podiam tentar não deixar um único malfeitor de “colarinho branco”, que todos os dias passam na televisão ficar impunes, obrigando-os a pagarem pelos seus crimes, adaptando o nosso sistema de justiça a padrões civilizados. Aqui a justiça não funciona.-----

-----Relativamente às Freguesias em que muitas vezes os Autarcas são apelidados de indivíduos sem carácter e corruptos, apenas representam 0,1% no Orçamento de Estado, logo não é aqui que devem cortar.-----

-----Para concluir e certo de que este “documento” será para vingar, propõe que pelo menos de nome deixem as Freguesias em paz e criem um organismo que possa administrar duas, três ou mais Freguesias. Dêem-lhe o nome que quiserem, mas mantenham o nome das Freguesias.-----

-----**VITOR HUGO BATISTA MATOS (PS)** – Fez a intervenção que se transcreve: “ Todos nós sabemos que o aumento do envelhecimento demográfico, principalmente no meio rural é uma realidade. Há Freguesias em que já se nota alguma dificuldade em fazer uma equipa de jovens para a realização do torneio de futebol inter-freguesias. O Documento Verde que nos foi disponibilizado é um documento dinâmico e nos serviu de base para a discussão e debate desta reorganização. Sou a favor desta reorganização e da diminuição das Juntas de Freguesia, podendo manter-se o nome, tal como aqui foi defendido pelo Sr. Gumesindo, mas é importante haver esta reorganização como é importante que os Presidentes de Junta que irão ficar à frente da agregação das Freguesias sejam dotados de mais competências e de um orçamento próprio. A reorganização vai levar a um aumento da população e de pessoas votantes, e pode levar também a um aumento de participação pública.-----

-----Isto é uma porta que pode facilitar outras alternativas e outras dinâmicas às próprias Freguesias. Estou certo que se irá verificar um êxodo principalmente de jovens, o que irá fazer com que algumas dessas freguesias tenham maiores associações de jovens, que possam discutir outras alternativas e possam aumentar a economia da própria freguesia. Atendendo a todos estes aspectos é essencial a realização desta reorganização, mas feita com fundamento e atendendo à realidade em que vivemos. O tempo que nos é dado é pouco e ainda não há conclusões sobre isto, porque ainda está tudo muito fresco. Há-de haver cidadãos que estão de tal forma enraizados à sua terra, que vão dizer sempre que não a esta nova reorganização. Mas, se atenderem à mobilidade que tem havido ao longo da história, isto sempre existiu e tem de existir, há locais que aumentam de população e outros que a vão perdendo. Devem continuar com este debate que deve ser sério, responsável e que nos leve a conclusões justas, sem interesses privados pois não devemos olhar só para o nosso umbigo como é costume acontecer em muitos actos, mas olhar para o povo, para aquilo que somos todos nós, para as nossas necessidades e para as necessidades de todos os que virão a seguir a nós. Enfim, é preciso uma reflexão séria e com sentido.”-----

-----**MARIA ISABEL MORENO XAVIER ESCUDEIRO (PSD)** – Começou por dizer que não era seu propósito intervir mas depois de ouvir algumas intervenções decidiu usar da palavra. O concelho de Macedo de Cavaleiros tem 66 aldeias e 38 Freguesias e isto já nos quer dizer que há aldeias que não têm no seu espaço enquanto aldeia, a Junta de Freguesia, ou seja estas aldeias não têm tanto à mão aquele “poder de providência” como as outras onde está a Junta de Freguesia. Isto para dizer que o papel de “providência” que a maior parte das freguesias têm tido, não pode ser o único papel de uma Junta. As competências das Juntas de Freguesia, que já são muitas, têm também um contributo muito forte para a elaboração dos planos municipais, de ordenamento e desenvolvimento do nosso concelho. O que se tem visto é que este não é o papel preponderante e principal das Juntas de Freguesia, mas o ter ali à mão um



Presidente da Junta que lhe faça os recados para Macedo. Na realidade é preciso muito mais e se tiverem em conta o ponto 5, que faz referência aos objectivos desta reforma e complementando um pouco aquilo que foi dito pelo Prof. Diniz, quando se centrou nos dois “C” - competitividade e coesão e o vê reforçar a competitividade e a coesão, pessoalmente não encara a competitividade apenas pela diminuição da despesa. Essa questão não passa por aí, antes pelo contrário, a competitividade, seja de um espaço ou de um território, objectivamente também terá de passar pela diminuição da despesa, mas terá de ser um motor de fazer crescer a receita, e aqui está de acordo, pois tem a ver com a fixação do valor acrescentado. Ao terem esta fixação das populações que infelizmente fruto de muitas políticas erradas, esse valor acrescentado desapareceu e com ele desapareceu a sua gente. Há muita gente e muitos jovens com grandes capacidades e competência noutros territórios, que se calhar até estão lá a mais, mas não estão a querer regressar porque não têm nem vêem aqui uma política de desenvolvimento rural e económico.-----

-----As nossas aldeias têm de continuar, mas melhores do que são hoje, porque agora estas estão “mortas” no sentido de capacidades dinâmicas.-----

-----Acha que devem fazer uma economia de escala com política de desenvolvimento e as Juntas de Freguesia devem ser pares da Câmara Municipal e do Município.-----

-----**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho de Agrochão)** – Começou por falar da reforma que foi feita em Lisboa e não foi preciso Livro Verde, pois reduziram em cerca de 50%, o número de freguesias. No interior do País, onde nós nos situamos, são 38 freguesias e querem reduzi-las para umas 10 ou 11. A questão que foi negociada com a Troika falava das Autarquias, talvez aqui tenham enganado a Troika e as Autarquias passaram a ser as Freguesias, porque os dois partidos PS e PSD logo se uniram para dizer que nos Municípios ninguém iria mexer.-----

-----De acordo com o Documento Verde o que mais o preocupa são as competências, pois actualmente nas Juntas de Freguesia passam uns atestados, licenças de cães e pouco mais. Para todo o resto têm de se deslocar à Câmara a pedir ao Sr. Vereador “verbas” para poderem fazer as coisas. Em pleno séc. XXI, isto é uma vergonha.-----

-----Outra questão, é a da coesão nacional que começa na família, passa para os organismos que temos, para as pequenas Juntas de Freguesia, depois para os Municípios e para o Estado. Se neste Estado não houver coesão nacional como é que vão poder ser solidários uns com os outros? As pessoas e os “políticos profissionais” sabem perfeitamente que só o Porto elege tantos deputados como todo os Distritos do Interior. Termina a sua intervenção apelando a todos os Presidentes de Junta que se unam e sem hipocrisia, falem de olhos nos olhos para que as coisas possam correr bem.-----

-----**ARMINDO CASEIRO CEPEDA (Presidente da Junta de Freguesia do Lombo)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Prevendo-se que a maior parte das Freguesias do Concelho de Macedo de Cavaleiros vão ser agregadas, permitimo-nos apresentar algumas ideias e expressar a nossa opinião em relação à Freguesia de Lombo no contexto desta Reforma do Poder Local. Qualquer reforma implica mudanças e esta propõe-se fazer grandes

alterações, nomeadamente a redução do número de Freguesias por agregação, segundo o Documento Verde da referida reforma. No mesmo Documento também se defende que a reorganização do mapa autárquico vai melhorar a administração local, reduzir custos e aumentar a eficiência, construir um sistema mais racional, menos despesista e mais eficaz que exige critérios claros. Terá de atender a certas especificidades para obter decisões justas e consensuais, que assegurem pelo menos os níveis de serviço existentes e assim se evitem situações de tensão social. A agregação de Freguesias pode ser vista pelas populações sobretudo nos meios rurais, como uma perda de autonomia e a criação de dificuldades no acesso aos serviços a que estão habituadas, por exemplo a localidade escolhida para a sede da nova freguesia criada pela agregação, pode gerar desentendimentos e até conflitualidade se os critérios seguidos, não forem claros e bem fundamentados.-----

-----No caso do Lombo, em nossa opinião há que ter em conta determinados factores como o de situação e outros de carácter social e demográfico.-----

-----A situação, o Lombo é uma freguesia isolada em termos de vias acesso, a distância real, ou seja a que os moradores têm de percorrer até à sede do concelho é de 23Km.-----

-----Em relação às Freguesias vizinhas, Olmos, Chacim e Peredo fica fora do eixo de ligação que estas têm entre si, que é a estrada nacional Macedo/Mogadouro, é portanto uma Freguesia rural, periférica e afastada de grandes vias de comunicação. Nos últimos 20 anos, é uma das poucas freguesias do Distrito que cresceu continuamente, em termos de população. Lombo em 1991 tinha 305 habitantes, em 2001 tinha 325 e hoje tem 345, e isto também em muito se deve à Santa Casa da Misericórdia que tem um vasto património no Lombo: 1 Lar de Idosos muito moderno com, 55 camas, com instalações excelentes e que presta um serviço permanente, temporário e domiciliário. Tem uma adega de produção e comercialização de vinhos de qualidade, bem como uma grande extensão de propriedades agrícolas, empregando cerca de 30 pessoas. Tem cerca de 50 estudantes de vários níveis de ensino, sinal de vitalidade em termos de recursos humanos, bem como um infantário a funcionar com crianças exclusivamente da Freguesia. A sede de Freguesia funciona num edifício moderno, com boas instalações para serviços de atendimento, reuniões, secretaria, bar e um amplo salão para eventos culturais e sociais.-----

-----Em face do exposto há uma necessidade permanente de prestação de serviços uns de natureza meramente burocrática e outros de assistência social ou cultural. Na nossa perspectiva, a Freguesia de Lombo merece que pelo menos algumas das suas especificidades sejam levadas em conta na decisão da reorganização da Administração Local. É claro que não somos nós a decidir, o que é pena, mas para o conhecimento dos principais responsáveis do nosso Concelho, aqui deixamos o nosso contributo para o debate que está a decorrer.-----

-----Para terminar deixamos duas sugestões: - A Freguesia de Lombo deve manter-se como Freguesia autónoma, a situação geográfica e os factores referidos poderiam justificar uma excepção e aceitar o número da população do Lombo 345 habitantes; - ou então construir uma Freguesia com agregação entre Lombo e Peredo. Consideramos fortes os argumentos demográficos e sociais atrás referidos. Este documento nasceu de uma reflexão e em troca de



ideias, em encontros informais dos membros do Executivos da Junta e da Assembleia de Freguesia.”-----

-----**FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS)** – A seu ver há questões importantes na análise do chamado Livro Verde e embora não pretenda pronunciar-se com grande pormenor sobre a reorganização das freguesias, em termos de ordenamento jurídico, pretende fazer alguns comentários nomeadamente sobre o que existe e aquilo que devia existir em relação às Autarquias Locais. “ Com o texto constitucional de 1976 instituiu-se a resistência do poder local democrático, com uma autonomia política e administrativa regulamentada pela Lei 79/77, de 25 de Outubro e aperfeiçoada com a Lei 100/84, de 29 de Março, 169/99, de 18 de Setembro e por último com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. Todas as alterações legislativas tiveram como finalidade aperfeiçoar o funcionamento deste Órgão, dar-lhe mais competências e dotá-lo de mecanismos próprios para o seu funcionamento. No entanto apesar desse esforço legislativo, a Assembleia Municipal está longe de responder aos desafios que lhe são colocados.-----

-----Como poder deliberativo as suas atribuições esvaziam-se no espaço e no tempo, sem conseguir responder às exigências do Poder Local vigente. A sua acção de fiscalização dilui-se em matérias tão importantes, como a possibilidade de alterar instrumentos de gestão municipal, como o Orçamento e o Plano de Actividades e Contas (Relatório de Actividades) e ainda a impossibilidade de poder censurar o Executivo em verdadeiro acto público.-----

-----A sua composição é extremamente adversa ao seu próprio funcionamento, estrangulando-se a sua própria representatividade democrática expressa em acto eleitoral, através do princípio de representação por inerência em 50% dos seus membros. Sem recursos financeiros próprios, funciona em função da boa ou má vontade do Executivo Municipal, representando assim uma perda de poder político.-----

-----Estas são questões que me parecem bastante importantes e no ordenamento jurídico-administrativo têm de ser alteradas pois não é possível que tenhamos um documento para discutir, como por exemplo o Relatório de Contas e que não o possamos alterar significativamente. Seguramente, isto é uma lacuna da Lei. Como também não entendo porque razão os Presidentes de Junta têm de pertencer a este Órgão. Entendo que esta Assembleia Municipal, o chamado colégio eleitoral, deve ser aquele que responde perante o Município e que deve fiscalizar activamente o Município com uma dimensão maior do que aquela que tem, porque não pode ter 50% dos membros que tem actualmente, terão de ser mais e as Juntas de Freguesia farão parte do Conselho Consultivo do Executivo Municipal.-----

-----Relativamente à Câmara Municipal entendo que a gestão política deve passar para um ordenamento monocolor e portanto entendo claramente que deve ser alterada a legislação da eleição do Presidente da Câmara Municipal.-----

-----Quanto às Freguesias com o novo ordenamento destas, a taxa média de densidade passará no caso de Macedo de 20%, 24% para 56%, 73%, a área média das Freguesias passará para 20,78 e a população média passará para 1098. Isto dá-nos a entender que há certos e determinados investimentos, que poderão ser colocados em causa e a existência destes números, facilitar-nos-ão essa possibilidade.”-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO GÉNIO (Presidente da Junta de Freguesia de Chacim)** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores convidados, gostaria de apresentar aqui as razões do meu voto contra a nova reorganização das freguesias: 1.ª As Freguesias estão muito dispersas o que torna difícil um trabalho de organização e dinamização das suas estruturas locais. 2.ª O acesso à freguesia central será muito difícil, devido à distância e à falta de meios de transporte para os habitantes das aldeias afastadas. 3.ª O trabalho da coordenação local terá um peso enorme de burocracia. 4.ª Cada freguesia tem problemas sociais e humanos muito específicos. Esta proposta do Ministério tornará mais difícil a resolução desses problemas. Terá de haver uma grande equipa de técnicos para ocorrer a estas situações problemáticas. Só em deslocações esporádicas dessa equipa e mais frequente a do Presidente da Junta para esses lugares distantes, haverá um gasto económico-financeiro talvez ainda maior, do que se possa pretender poupar. 5.ª A política da reorganização autárquica obedece apenas ao critério economicista, em detrimento do bem-estar das populações locais. Em vez de repovoar o interior do país, desertifica-o ainda mais. Por todas estas razões o meu voto é contra o novo mapa das autarquias locais. Mas, caso vença o sim à proposta do Governo, quero determinar aqui a minha posição e a posição dos meus eleitores; defender Chacim como Sede da nova Junta. Se o critério da proposta do governo se fundamentar no número de habitantes, Chacim é a freguesia que melhor pode agregar entre as aldeias vizinhas. Sendo que nesse contexto os argumentos a favor de Chacim como sede de Junta são os seguintes: 1.º Motivo - Geográfico: Chacim é o local central entre as aldeias vizinhas, o que facilitará o acesso dos seus cidadãos para resolver os assuntos públicos ou privados na Junta. 2.º Motivo – Histórico: Chacim é a aldeia mais antiga da região e foi sempre o centro das aldeias vizinhas, ao longo de séculos e décadas, como consta na história da região. 3.º Motivo – Cultural: Chacim tem uma escola do ensino básico, o Colégio Nossa Senhora da Paz, o Santuário de Balsamão que é um centro de dinamização cultural, como prova o seu calendário de actividades, ao longo do ano, actividades essas em que participam pessoas e instituições de fora. Tem monumentos como a igreja matriz, capelas, o pelourinho, as ruínas da Fábrica da Seda e fontes, a juntar à beleza das suas ruas, do ribeiro e das encostas da Serra. 4.º Motivo – Económico Social: Porque Chacim tem o Solar para promover o turismo rural, tem Centro de Dia cujas instalações deverão ser remodeladas e bem aproveitadas, a favor das populações, duas oficinas de automóveis, abastecimento de combustíveis, três lojas de comércio local, uma agência centenária da Caixa de Crédito Agrícola e ainda a vontade empreendedora dos seus habitantes que todos os anos, no dia 10 de Setembro, dinamizam a tradicional Feira das Cebolas com produtos agrícolas. Esperamos que tudo se resolva de forma a que as populações não percam a sua identidade cultural e as suas gentes. -----

-----**RUI MANUEL RODRIGUES VAZ (Vereador em regime de não permanência da Câmara Municipal)** – Em primeiro lugar disse que após a intervenção do Deputado Municipal do Partido Socialista, todos devem ter percebido qual é a posição do PS em relação a esta matéria no concelho. Seguidamente deixou um voto de louvor à Assembleia Municipal na pessoa do Sr. Presidente, por ter levado a cabo esta iniciativa que só pecou por não ter tido a



divulgação que merecia, sobretudo no concelho, pois teriam concerteza uma moldura, humana mais significativa em representação dos cidadãos do concelho. A intervenção do PS foi clara, no entanto vai tecer alguns comentários às palavras proferidas pelo Prof. Pais Antunes. Do discurso do PS cada um entende o que quer, mas quando as palavras vêm de alguém que nesta matéria tem provas dadas e quando diz que “esperava mais deste documento” e que “é um documento sem rosto e sem autores”, que “peca por amorismo” que “estas alterações deviam assentar em bases mais sólidas”, “falta de diagnóstico” e “não está suficientemente pensado”, perante isto e em relação a este documento e à forma como ele está apresentado ao momento e à pertinência, pensa que estará tudo dito.-----

-----Enquanto responsável no Concelho ao nível partidário e político, pretende saber qual é o modelo que o Concelho de Macedo vai utilizar para discutir esta matéria, pois está claro e já é inequívoca a ideia de cada um, que este Governo que tem maioria, vai levar esta reforma por diante. Já ouviram uma intervenção de um Presidente de Junta que já assumiu que esta reforma vai ser feita e até já marca o seu território e a sua posição, em relação à sua Junta de Freguesia. Têm até ao fim do mês de Dezembro tomar uma posição sobre o que vão fazer das Freguesias do Concelho e têm até ao final do mês de Janeiro, para em sede de Assembleia Municipal a definir, e mandarem essa informação para o Governo. Relativamente ao Concelho de Macedo, há muitas dúvidas, sendo a primeira a questão dos 500 habitantes e dos 15Km. Pessoalmente é dos que entende que da leitura deste documento há duas coisas que estão certas, encaixam-se naqueles Municípios e Concelhos que têm de criar Freguesias com 500 habitantes mas onde não cabe a questão dos 15Km. Esta é uma das questões e das dúvidas que é preciso discutir. Também têm situações que têm de ultrapassar com urgência, pois não se podem esquecer que no ano de 1999 a Vila de Macedo de Cavaleiros passou a Cidade e aglutinou para a sede do concelho 9 aldeias vizinhas. Sendo que essas aldeias são consideradas como urbanas, é justo que pergunte se por exemplo Carrapatas e Vale da Porca têm características urbanas. É uma discussão necessária e a Câmara tem de se manifestar em relação a elas e tem de ajudar esta Assembleia Municipal a esclarecer estas dúvidas. Outra questão é se vão continuar a ter Junta de Freguesia em Macedo e saber qual vai ser o modelo de discussão deste processo. Têm de ser práticos, pois já ouviu dizer que andam pessoas no terreno a convidar outras pessoas nomeadamente de outras forças políticas, para saber se vão fazer parte das suas listas nas futuras eleições autárquicas. Isto deixa-o preocupado, pela simples razão de que o Partido Socialista, quer crer que esta discussão é séria e honesta. Se o é, podem contar com eles, mas se não o é, não contem com eles. Deixou claro que não querem neste processo fazer figura de tansos, pois se isto já está cozinhado e se já sabem quem se junta com quem, então que sejam sérios e honestos e o digam depressa. Também é preciso saber depois desta reunião, quem é que discute isto, ou será que depois desta reunião vai ser discutido em sede da Comissão Permanente. Não sabe até que ponto o representante do Partido Socialista nessa Comissão, está mandatado para politicamente discutir esta matéria e é por isso que na intervenção do Deputado do Partido Socialista, disseram que era preciso criar um grupo de trabalho para discutir esta questão. É evidente que estão a querer ser sérios

e honestos para que as coisas sejam feitas com clareza e honestidade. A Câmara Municipal tem de estar representada e tem de se pronunciar, assim como a Assembleia Municipal, as Juntas de Freguesia os partidos políticos e as entidades representativas do Concelho principalmente aquelas que têm influência no território. Se assim não for, vai aparecer um documento previamente cozinhado e quer saber se em Macedo é isso que se vai passar, para poder dizer que se assim for, não contem com o Partido Socialista de Macedo, pois pretendem clareza neste processo-----

-----Terminou dizendo que traz esta preocupação e este alerta da parte do Partido Socialista porque o tempo é curto e não é com cada um a puxar para seu lado, que se entendem. Quem representa a sociedade e o concelho de Macedo tem de se unir e tratar disto com seriedade, caso contrário estão mal e vão ficar muito pior porque vai haver desavenças e chatices.-----

-----**CARLOS CUNHA** – Tendo por base o Documento Verde que tem em sua posse, pergunta aos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia se por acaso algum deles falou com a sua população e se houve alguns esclarecimentos sobre o documento. Não se podem esquecer que a população é que os elegeram para os representarem e defenderem os seus interesses. Não há dúvida alguma que os Presidentes de Junta têm um papel muito importante no aspecto de lidar com as pessoas e resolver certos problemas, como é o caso de pessoas carenciadas, porque ninguém melhor que eles conhecem essa realidade nas suas freguesias. Estes não fazem um mau trabalho, mas não têm meios, pois estão sempre dependentes das Câmaras Municipais a quem têm de pedir por favor, para que lhes sejam dadas certas benesses. Isto é a regra, mas há exceções, pois conhece Autarquias onde 15% do orçamento do Concelho é dado às Juntas de Freguesia, pois se a população vota neles é porque confia e entende que são competentes.-----

-----É seu entender que tal como foi feito um Referendo para a Regionalização devia ser feito o mesmo para este processo.-----

-----Na sua intervenção o representante do grupo político do PSD defendia que as populações deviam ter mais contacto com as administrações locais e não só de 4 em 4 anos. Perante esta afirmação, é justo perguntar durante todos estes anos de democracia, o que é que têm feito os executivos, para entrar em contacto com as populações a não ser em vésperas de eleições por causa do voto.-----

-----Gostaria também que lhe dissessem, qual foi o critério adoptado para acharem o número de habitantes das freguesias, se baseado nos habitantes, nas casas, ou nos livros de recenseamento.-----

-----Da intervenção do Prof. Francisco Sousa Diniz, relativamente a competitividade e coesão deu conhecimento que há uns tempos atrás, levaram do Hospital de Macedo de Cavaleiros bons serviços, que faziam muita falta ao povo e recentemente levaram mais um para o Hospital de Mirandela. Perante isto, fica mais que provado que aqui não existe competitividade e coesão, e que aqui cada um puxa para si e mais nada. Lamenta, que os



Presidentes das Câmaras Municipais da nossa região, não se unam, com o intuito de defenderem os interesses da região e não o interesse de cada capela.-----

-----**MANUEL JOSÉ SERRA DE SOUSA CARDOSO** – Disse que era com uma enorme alegria que se encontrava ali a falar e particularmente sobre este tema que é muito importante para esta terra. Estão a discutir o Documento Verde que é o ponto de partida para a proposta de Reforma Administrativa que há-se surgir e que por sua vez, há-de ser discutida nos seus Órgãos próprios. Não estão a discutir a proposta de reforma propriamente dita; que certamente irá nascer depois das contribuições de todas as entidades ouvidas de Norte a Sul de Portugal. De qualquer forma trata-se de uma reforma que será necessária para um País e neste caso específico, até já venha tarde demais. Continuou dizendo que esta reforma em parte motivada pelas circunstâncias de estarmos a atravessar um período de grandes dificuldades económicas, provavelmente vem na altura certa, porque é nas alturas em que há carências e dificuldades que as pessoas estão mais disponíveis para mudar aquilo que é necessário. Neste aspecto, será necessário mudar aquilo que é o mapa administrativo de Portugal, que como todos sabem tem século e meio. É engraçado, que alguns dos receios manifestados nesta sala em relação à Reforma Administrativa, são exactamente os mesmos que há 160 anos foram discutidos em diversos sítios. Na sua opinião estão a ser discutidos com grande respeito e elevação, pois em meados do Séc. XIX, chegaram a pegar em espingardas, espalhadoras e outros artigos do género para tentar impedir no terreno, aquilo que a reforma administrativa estava a querer fazer no papel. Sempre que há uma reforma não há unanimidade, poderiam estar ali a discutir dias e dias e não chegariam a um consenso para um mapa ideal. Nenhuma reforma é feita em cima da unanimidade, sendo que a maioria até são pontos de ruptura (em relação àquilo que a sociedade fazia até aí) quando a sociedade é obrigada a dar um passo. Uma reforma é também um acto de gestão e é um dos passos mais contundentes e dramáticos a que um Governo normalmente recorre. Todos os actos de gestão podem ser corrigidos, o que não quer dizer que os erros que nasçam desta reforma, não venham a ser limados e corrigidos subseqüentemente, tal como aconteceu com a reforma administrativa do Séc. XIX, que foi implementada por decreto e a partir daí houve muitas correcções ao mapa do concelho.-----

-----Não devem ter medo das reformas e de dar passos em frente. As reformas ao ser uma “agitação das águas” vão sempre criar movimento, novas oportunidades e um novo horizonte para aquilo que são os projectos e as ideias das pessoas, ou até aquilo que são as oportunidades políticas de cada um. Na actual ideia da reforma que vem no Documento Verde, não são mudadas nem as freguesias, nem os seus nomes, portanto ambos são mantidos, até porque grande parte do edifício legal do País baseia-se nisso. O cadastro está feito assim, as matrizes prediais estão feitas de acordo com o nome das freguesias, não sendo portanto possível reformar-se isso tudo. Não estão a mexer na entidade geográfica da freguesia que muitas vezes já está sedimentada há centenas de anos, só estão a mexer na forma de gestão das freguesias. Quando falam em juntar as freguesias, referem-se a juntar a entidade gestora de diferentes freguesias.-----

-----Focou ainda um aspecto que entende muito importante e que tem a ver com a questão do Município de Macedo. Neste momento não está em causa a reforma dos Municípios, estão a discutir a questão das freguesias. Quem ler o Documento Verde entende que a reforma administrativa está a ser feita em dois passos; o primeiro passo é o das freguesias, o segundo será inevitavelmente o dos Municípios. Para isso, e vivendo em Macedo de Cavaleiros têm de estar todos atentos neste aspecto e deviam até mudar um pouco a perspectiva em relação à questão das freguesias, para se focarem numa discussão que vai estar em causa daqui a três ou quatro anos, que é a questão dos Municípios. A questão da sobrevivência do Município de Macedo vai levantar-se. Tal como aconteceu há 160 anos, é chegada a altura e é necessário que aqueles que neste momento são Deputados e têm a oportunidade de mexer nos cordelinhos do poder e aqueles que têm também neste momento a oportunidade de ter o seu peso em Lisboa, que juntem esforços independentemente de serem do PS, PSD, CDS ou de outro partido qualquer. Unam-se todos no sentido de fazer com que o Município de Macedo, não venha a ser varrido como entidade autónoma na próxima reforma, que inevitavelmente se avizinha.-----

-----Neste momento o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Sr. **Prof. António Pais Antunes** que sobre o Documento Verde, disse que na sua opinião é fraco, pobre e que Portugal já merece Livros Verdes e Brancos melhores do que os que têm aparecido. Apareceu este no caso da reforma da administração local, apareceu o do serviço público de televisão e isto tem de ser visto por parte dos Governos com outra atenção. O segundo ponto é que isto é talvez uma oportunidade importante para resolver a questão do nível intermédio em falta, entre o poder local municipal e o poder central. Se o conseguirem resolver com o nível intermunicipal, seria um passo em frente e sobretudo importante para o interior. Individualmente, os Municípios do interior têm pouca capacidade de afirmação. Aponta também para uma avaliação do sector empresarial local e julga que é uma boa oportunidade que aqui está criada, sendo também uma oportunidade para rever a organização das freguesias urbanas. No resto quanto mais ouve discutir este assunto mais lhe parece que estão a criar situações, que não sabe se realmente valerão a pena, quando está em causa 0,13% do orçamento. No que diz respeito aos Municípios, percebeu pelas intervenções, que Macedo de Cavaleiros vai lutar e vão ter lobis a mexer-se para defender o seu Município, mas duvida que ganhem alguma coisa com isso.-----

-----Por fim, despediu-se da Assembleia Municipal e agradeceu a oportunidade que lhe deram de ter podido contactar com as preocupações das Freguesias e do Município, em face desta potencial reforma.-----

-----O **Prof. Francisco Sousa Diniz** agradeceu o convite que lhe foi endereçado e enquanto economista na questão das fusões, referiu uma Lei que diz que quando há duas moedas de valor intrínseco diferente, a má moeda expulsa a boa. Isto já foi dito em tempos por uma pessoa que todos bem conhecem, que hoje é Presidente da República. É uma Lei da economia e por isso quando há fusões, é preciso ter cuidado com o que vão fundir, para que a má não expulse a boa.-----



-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu aos dois convidados por terem aceite e estarem presentes e pelos contributos que prestaram a esta Assembleia Municipal.-----

-----Ausentaram-se neste momento os convidados para esta sessão Srs. Prof. Francisco Diniz e o Eng.º António Pais Antunes.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** prestou alguns esclarecimentos na sequência da intervenção do Sr. Vereador Rui Vaz. 1.º - Não é até final do mês de Dezembro, mas sim até ao final do mês de Janeiro que esta Assembleia tem de se pronunciar, mas não quer com isto dizer que não tenham pressa, que não haja urgência e que não tenham de se comenetrar desta vinculação. 2.º - É preciso deixar bem claro, a propósito da insinuação feita pelo Sr. Vereador quando falou em “documento cozinhado”. Esta matéria é das mais delicadas e mais sérias que vão atravessar. Vai ser da responsabilidade de todos e se começarem já, com um exercício de rótulo de “documento cozinhado”, pede que sejam prudentes e contidos. Se há um “documento cozinhado”, pessoalmente já está de fora e em consequência, demite-se também desta Assembleia Municipal. E tem de se demitir da Assembleia Municipal, porque estão a cozinhá-lo nas suas costas, pois não tem conhecimento de nada. Portanto se há o tal “documento cozinhado”, não é do seu conhecimento, mas se ele aparecer, na mesma hora demite-se de Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----Não se podem esquecer que em tempos, matéria desta natureza, provocou revoltas. Mas como não há tempo para patuleias, não quer ver-se aqui no centro de um furacão. Estas matérias poderão ser controvérsias e delicadas, mas há uma coisa que com ele à frente desta Assembleia tem de acontecer. Têm de haver completa e absoluta transparência, porque se assim não for como já referiu demite-se. Disse que podem todos ficar cientes que este é o jogo com que joga, com completa e absoluta transparência. Portanto não quer nem pode aceitar seja de que bancada for, a não ser que o especifiquem, qualquer insinuação de que há aqui um exercício já subterfugial, pois não há nem pode haver.-----

-----O que sobre esta matéria foi dito em sede de Comissão Permanente foi que seria convocada esta sessão Extraordinária da Assembleia Municipal para a qual iriam convidar a participar, pessoas que os ajudasse a reflectir, porque em boa verdade a decisão é da Assembleia. Após isto iriam elaborar um documento base que seria presente numa reunião da Comissão Permanente para depois os porta-vozes dos Partidos Políticos com assento nesta Assembleia Municipal o pudessem analisar e estudar com o objectivo de que pudessem ser trabalhados, por forma a serem incorporado na Assembleia Municipal ordinária de Dezembro.--

-----Porém, tem a certeza de 3 ou 4 coisas que quer partilhar com a Assembleia Municipal: 1.º Ou o processo é transparente ou ele demite-se, tanto de Presidente como de membro desta Assembleia Municipal; 2.º O grupo de trabalho que decide é a Assembleia Municipal sobre as Assembleias de Freguesia, e a responsabilidade que se lhes impõe é grande porque aqui, são os representantes da população e têm de assumir as suas funções para o bem e para o mal; 3.º Sujeita-se aquilo que esta Assembleia quiser e se entenderem que a Comissão Permanente não é competente e que deve ser constituído um Grupo de Trabalho, onde o Presidente da Assembleia Municipal nem deve estar presente, por ele tudo bem.-----

-----Continuou dizendo que havia tomado boa nota da intervenção que fez o Deputado Municipal Sr. Adelino Batista, que depois o Sr. Vereador Rui Vaz reafirmou e percebeu que pela voz do Partido Socialista o que pretendem é a constituição de um Grupo de Trabalho. Neste grupo se assim entenderem podem excluir o Presidente da Assembleia e a Comissão Permanente, mas este grupo será só o passo para chegar à Assembleia.-----

-----Na sua opinião a Comissão Permanente tem neste processo um exercício de obrigação de propor um documento que os grupos parlamentares na sua casa poderão estudar e alterar. Esse documento seria mais ou menos formalizado e seria agendado para a Assembleia Ordinária de Dezembro e haveria um ponto na ordem de trabalhos para o ajustar.-----

-----De seguida **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** suspendeu os trabalhos pelo período de dez minutos para que, entre todas as forças políticas com representação nesta Assembleia Municipal, possam decidir a constituição do referido Grupo de Trabalho.-----

-----Retomados os trabalhos, **o Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou de imediato a palavra ao Deputado Municipal, que apresentou a **proposta** que a seguir se transcreve:-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Disse o seguinte: “Sr. Presidente da Assembleia, acho que estamos no caminho certo e estamos a dar os passos correctos. Dizer-lhe ainda que apreciamos muito o seu trabalho na condução desta Assembleia e da mestria que tem revelado e somos leais consigo. Nunca faríamos nada nas suas costas e efectivamente não há nada, está tudo em termos práticos a começar hoje e estamos a iniciar um trabalho. Foi possível consensualizar com todos os líderes partidários e de bancada que o grupo de trabalho seja assim constituído: Comissão Permanente, assim constituída: - Presidente da Assembleia, 1.º Secretário, 2.º Secretário, 1 representante do PSD, 1 do PS, do 1 do CDS, 1 da CDU e 1 do B.E. e 2 Presidentes de Junta (Camilo Morais e Carlos Justo). Mais 1 representante do PSD, 1 do PS, 1 do CDS, 2 Presidentes de Junta a indicar pelos Srs. Presidentes de Junta na reunião que vão ter na próxima quarta-feira e 1 representante da Câmara Municipal.”-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** pôs esta proposta à votação tendo sido aprovada por maioria com 70 votos a favor e 3 abstenções, dos Srs. Fernando Gomes, Idália Mateus e Rogério Martins.-----

-----**Fizeram declaração de voto:**-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – “A razão da abstenção da CDU é única e exclusivamente uma. Era tanta a confiança que nós tínhamos na primeira proposta apresentada em que eram só membros da Comissão Permanente, onde estão representados todos os Partidos Políticos com assento nesta Assembleia Municipal, como nesta Comissão, agora indicada.”-----

-----**FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS)** – “Porque a Comissão Permanente está mandatada para o exercício destas funções e entendo que nela estão representadas todas as forças políticas e porque entendo que quantidade não significa qualidade absteve-me nesta votação.”-----



-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal** marcou de imediato uma reunião para a próxima segunda-feira, dia 20 de Novembro de 2011, com o objectivo de dar posse a esta Comissão por forma a que a mesma possa começar desde já a trabalhar.-----

-----**Finalmente foi deliberado por unanimidade aprovar esta acta em minuta.**-----

-----**Eram dezanove horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos Ex.mos. Presidente, 1º e 2º Secretários.**-----
